

ARTIGO

A IMPRENSA E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL¹

Jairo Sanguiné Júnior²

RESUMO: O trabalho trata do papel da imprensa no processo de redemocratização do Brasil: do processo da abertura controlada de Geisel até o advento da Nova República.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa; democratização.

Introdução

Ao completar 190 anos de história, a imprensa brasileira encontra, neste final de século e de milênio, novos desafios, como a discussão de seu papel no próximo período e uma avaliação de sua trajetória. Ao longo de quase dois séculos de existência, a imprensa passou por momentos importantes e decisivos da vida do país, muitas vezes sendo ela própria protagonista desses momentos. Exatamente por isso é que a história da imprensa brasileira chega a confundir-se com a própria história do país, ou do sistema vigente no Brasil: o capitalismo.

Um dos momentos mais significativos para a imprensa brasileira é, sem sombra de dúvida, a época em que o país vivia sob uma ditadura militar, entre os anos de 1964 e 1985. Fazer uma análise do papel desempenhado pela imprensa neste período é tarefa espinhosa, para dizer o mínimo. Boa parte dos veículos de comunicação no Brasil viveu momentos bastante difíceis nos chamados “anos de chumbo”: persegui-

¹ Trabalho originalmente apresentado na disciplina: História do Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil, Mestrado em Desenvolvimento Social/UCPel.

² Professor da Escola de Comunicação Social/Ucpel e Mestrando em Desenvolvimento Social/UCPel

ções, censura, repressão, controle por parte do governo. Mas também, importantes veículos conseguiram manter-se ilesos durante aqueles 21 anos, chegando inclusive a “colaborar” com o regime, como foi o caso da Rede Globo, criada justamente no início do governo militar e com o consentimento deste. Outros, como os jornais alternativos, sofreram duramente com a repressão, já que eram a voz da resistência ao regime. Outros ainda, mesmo correndo riscos, conseguiram driblar a censura, mantendo-se numa posição de crítica ao governo.

Discutir esse momento e suas contradições é o que se propõe este trabalho. Na primeira parte, apresentamos uma análise da concepção mercadológica da imprensa e os interesses das empresas de comunicação em manter-se num sistema capitalista, reproduzindo suas contradições. A segunda parte trata das relações perigosas da imprensa com o poder político do país, já que os grandes veículos sempre estiveram à frente das decisões governamentais. A terceira parte traça um panorama do processo de redemocratização do Brasil, importante momento de nossa história recente. A quarta parte o destaque é para a atuação da imprensa nesse processo de redemocratização, com destaque para a atuação dos setores da imprensa que se adaptaram aos ventos da abertura, mudando radicalmente o discurso, preparando-se, assim, para um provável fim do governo militar. Na quinta parte destacamos o comportamento, a um só tempo passivo e ativo, da Rede Globo nesse processo, por sempre ter estado ao lado dos governos e por exercer influência direta na opinião pública nacional, exatamente por ser o maior conglomerado de comunicações do Brasil.

Com isso, pretende-se resgatar uma parcela importante da recente história brasileira, que foi o período da redemocratização do país, iniciada no governo Geisel (1974-1978) e concluída com o “pacto” que levou ao fim do regime mas manteve no poder seus apoiadores.

I – A CONCEPÇÃO MERCADOLÓGICA DA COMUNICAÇÃO

A trajetória dos Meios de Comunicação no Brasil é marcada, nos bastidores, pela subserviência ao sistema vigente e, na prática, pela falta

de pluralidade na discussão (ou cobertura) das questões estruturais. Com isso, a história da grande imprensa brasileira confunde-se com a própria história do capitalismo no Brasil, porque essa imprensa refletiu, ao longo de sua existência, a sociedade capitalista na qual está inserida. Afinal, os veículos de comunicação existentes são, antes de mais nada, empresas e, como tal, entendem a informação como um produto a ser consumido. Logo, a imprensa atua sob regras capitalistas, desde a escolha dos temas a serem abordados, passando pelo tratamento a ser dado a esse assunto, até a produção final do material a ser divulgado (destaque dado, localização na página do jornal ou tempo no noticiário da TV ou rádio). Os veículos assumiram uma concepção de informação que é tida como a definitiva, onde não há espaço para idéias divergentes.

O reconhecido monopólio das comunicações no Brasil nasce a partir da falta de participação popular nas discussões dessas questões estratégicas, que passa pela própria concessão de canais de TV, em cujo processo sempre prevaleceu o apadrinhamento político em detrimento da distribuição democrática dessas concessões, envolvendo o conjunto da sociedade. O resultado é que hoje 10 famílias controlam tudo o que se lê, se ouve, ou se vê no Brasil.

A discussão acerca da questão ideológica dos meios de comunicação já foi assunto de acirrados debates, teses e mais teses na academia, nas redações e nos botequins. Mesmo o Brasil estando vivendo uma “democracia”, a manipulação de determinadas informações ainda é uma brutal realidade, que choca aqueles que têm um mínimo de sensibilidade. É fácil perceber a superficialidade com que os Meios de Comunicação Social tratam determinados temas, sobretudo os que possam gerar alguma polêmica, como as privatizações de empresas estatais ou a reforma agrária, só para citar dois temas da atualidade. E não apenas superficialidade, mas o mais grave: a distorção dos fatos ou simplesmente a escolha de determinado ângulo para abordá-los, induzindo o consumidor dessa informação a chegar a determinada conclusão. Caso contrário, a empresa de comunicação fere seus próprios interesses enquanto instituição capitalista, que vive do lucro. Dessa forma, a função social a que deveria estar a serviço, fica relegada a um segundo – ou terceiro ou quarto – plano. Como afirma ABRAMO:

A grande imprensa, como já está definida pelo nome, é ligada aos

interesses daquela classe que pode manter a grande imprensa. Na medida em que essa classe está em contradição com a conjuntura nacional, os jornais podem exercer um papel de esclarecimento. Mas é preciso não esquecer que esse esclarecimento vai até o nível dos interesses da própria grande imprensa. Ela tem interesses peculiares, pertence a pessoas cujos interesses estão ligados a um complexo econômico, político e institucional. (ABRAMO, 1997, p. 116)

A lógica do interesse das empresas de comunicação, na visão de Abramo, é clara: a grande imprensa não vai além daquilo que é seu papel histórico, ou seja, tratar determinados fatos sob aspectos que ela, enquanto empresa, julgue corretos.

Sobre essa lógica, é interessante a posição de Bernardo Kucinski, para quem a ausência de pluralismo na cobertura de assuntos estratégicos é um traço marcante da mídia brasileira. Segundo ele, por conta dessa falta de pluralismo, surge uma “ditadura do consenso”:

Essa “ditadura do consenso” desqualifica todos os que pensam diferente e sacramenta como inevitáveis e portanto indiscutíveis as estratégias do governo. Constrói-se, assim, uma lógica totalitária, na qual o governo não pode errar porque o caminho que escolheu, por definição, é o único possível. (KUCINSKI, 1998, p. 6)

Esse consenso acaba por trabalhar com a informação de modo unilateral, onde são excluídas as correntes de pensamento que se contrapõem ao sistema, num processo em que o espaço para divergência é praticamente inexistente.

Kucinski salienta que algumas pré-condições são necessárias para que a mídia chegue a tal unanimidade em questões estratégicas: “a) um alto grau de concentração da propriedade dos meios de comunicação, em especial o controle de tipos diferentes de mídia por um mesmo grupo. b) o sinergismo entre os vários tipos de mídia (rádio, televisão e mídia impressa) no plano operacional, sem o que não haveria o predomínio de uma visão em detrimento das demais; c) intensa mediação infra-mídia, ou aquilo que Gaye Thuman chamou, ao se referir aos jornalistas norte-americanos, de ‘rede de factibilidade’, fenômeno pelo qual jornalistas apóiam-se uns nos outros por medo dos riscos da cobertura individualizada e para adicionar legitimidade aos seus relatos; d) alto grau de promiscuidade entre jornalistas e o *establishment*, incluindo as fontes

oficiais, os lobbies dos grupos de pressão”.

A imprensa brasileira, desde seu surgimento no século XIX, tem servido de instrumento às causas políticas, como podemos observar nos primeiros veículos impressos do Brasil: *O Correio Brasiliense*, considerado o primeiro jornal brasileiro, nasceu para combater a Coroa; a *Gazeta do Rio de Janeiro*, criado para servir à monarquia. Ou seja, a imprensa já nasce comprometida com determinadas correntes políticas.

Na atualidade, a influência dos meios de comunicação é tão grande que os cinco grandes jornais referenciais do Brasil (*Folha de S.Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de S.Paulo* e *Gazeta Mercantil*) chegam a definir a “agenda nacional”.

Esses jornais são geridos como propriedade familiares, mantendo os métodos, valores e mentalidade dos mandatários iniciais da colonização brasileira. Rivalizam entre si, dois a dois, no Rio de Janeiro e em São Paulo, numa representação emblemática das rixas e vendetas típicas da configuração oligárquica da posse da terra. (KUCINSKI, 1998, *In*: p. 8).

Esses jornais são lidos diariamente pelos condutores da grande maioria dos programas radiofônicos do país, além de servirem de pauta para a cobertura jornalística de grande parte das emissoras de TVs do Brasil. Kucinski lembra, oportunamente, que o processo de definição da agenda é extensamente estudado nos Estados Unidos por teóricos como McCombs & Shaw.

É um pré-requisito do processo mais geral de construção do consenso. Em geral, se dá em duas etapas. Primeiro, abarca os formadores de opinião, que no Brasil, mais uma vez, se concentram nos quatro grandes jornais. São os colunistas de destaque, cujos comentários, ainda que ocasionalmente críticos a aspectos isolados da política do governo, apóiam sistematicamente seus objetivos estratégicos. (p.8).

A comunicação é estratégica para a realização de qualquer projeto político, sobretudo num país periférico como o Brasil. E quando essa comunicação é centralizada, controlada por um pequeno grupo, mais se limita o debate, mais se conduz à uniformidade, ao consenso. É o reflexo da estreita relação entre imprensa e o sistema capitalista; entre imprensa e poder. Da proclamação da república ao *impeachment* de

Collor, em 1992, a imprensa brasileira sempre esteve envolvida com as decisões e discussões políticas.

II - OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A POLÍTICA

O envolvimento da grande imprensa com a política, como já dissemos anteriormente, é algo tão antigo quanto o próprio aparecimento do primeiro jornal no país. As famílias que sempre controlaram os meios de comunicação jamais deixaram de participar da vida política nacional enquanto formadores de opinião e enquanto centro de decisões sobre o próprio destino do país. Não raras as vezes, decisões fundamentais para a sociedade brasileira foram tomadas em ambientes fechados, com a presença de governantes e de donos de veículos de comunicação. Em determinados períodos históricos, o veículo que não afinasse com as idéias governistas, era literalmente dizimado.

No final do século XIX e início do século XX, é que surgem os grandes jornais brasileiros, os quais apenas trocando as famílias controladoras, existem até hoje. No período da Revolução de 30, ao mesmo tempo em que surgiam os grandes impérios da comunicação no Brasil, vários jornais foram banidos por se posicionarem contra o golpe de Vargas. Nesta época ficou na memória de todos a foto de Luiz Carlos Prestes estampada nos jornais que noticiavam o levante comunista. Foi o que bastou para Vargas decretar o Estado de Sítio e iniciar uma implacável perseguição aos jornais. Getúlio chega inclusive a criar um departamento de imprensa, o famigerado DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), para divulgar assuntos de interesse do governo e “vender” sua imagem. Inspirado no modelo nazista de comunicação, o DIP controlava a imprensa e divulgava listas dos assuntos proibidos.

No início do ciclo militar, em 1964, o governo adotou a estratégia de ampliação da comunicação eletrônica, com o objetivo de atingir a grande maioria da população. Com isso ficaria mais fácil o controle da opinião pública, numa estratégia comunicacional, segundo José Marques de Mello, “ufanista, diversionista e desmobilizadora”. (MELLO, 1986, p. 30).

Nesse momento inicia-se uma das práticas mais nocivas à comu-

nicação brasileira: a distribuição de canais de radiodifusão via apadrinhamento político. Numa pesquisa realizada por Mello em 1976 sobre a estruturação e a programação da TV brasileira, ficava evidenciada essa situação: “nenhuma emissora estava em mãos ou mantinha vinculações com partidos oposicionistas, ou seja, do PMDB”. (p. 31)

Abramo comenta que existe um equívoco frequente entre os jornalistas em considerar que essa grande imprensa possa ir além daquilo que é o seu papel histórico. “O que pode acontecer (...) é existirem momentos de convergência de interesses normalmente diferenciados. São momentos traumáticos. Um exemplo é o assassinato de Wladimir Herzog. Nessa ocasião, a grande imprensa se juntou na denúncia do que os jornalistas consideravam um crime. Houve uma convergência temporária de pontos de vista” (ABRAMO, 1997, p. 116)).

3 - O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

No início dos anos 70 o modelo brasileiro de desenvolvimento, adotado no país pela ditadura militar a partir de 1964, começava a dar sinal de esgotamento. Era o reflexo da crise nos países centrais, agravada pela elevação brusca nos preços do petróleo em 1973.

O modelo brasileiro, que durou mais de duas décadas, conseguiu fazer algumas modificações nas estruturas sociais e, com as facilidades criadas pelos militares para os investimentos estrangeiros, a ditadura acabou por beneficiar-se com um crescimento econômico bastante acentuado, que ficou conhecido como “milagre econômico”. Nesse período, o Brasil foi o país subdesenvolvido que mais cresceu em todo o mundo.

No entanto, por essa acumulação toda, a sociedade brasileira acabou pagando um preço muito alto. O crescimento acelerado com base nos investimentos estrangeiros e na tecnologia, na defesa do latifúndio e dos monopólios industriais, aumentou consideravelmente a concentração da renda e levou às alturas a dívida externa, transformando-a numa das maiores do mundo subdesenvolvido.

Paralelo a esse acúmulo de riqueza, registrado entre 1968 e 1973, o país também acumulava tensões jamais vistas em sua história. O país

vivia o período mais turbulento politicamente, com os setores que se contrapunham ao governo sendo violentamente reprimidos. Era o período mais duro da ditadura, com perseguições, prisões, tortura, atentados, censura...

Com a crise do início dos anos 70, veio à tona todas as contradições do regime. Todo o crescimento vivido até então, acabou desmoronando na virada da década. A falência do regime era iminente e evidente.

Começava então um período de incertezas: afinal, qual o rumo que o Brasil tomaria? Obviamente, a ditadura dificultou ao máximo o debate sobre as alternativas para a crise. Ampliou seus projetos megalomânicos e impediu que se criasse mecanismos de fiscalização sobre seus próprios atos. Resultado: aumentou a corrupção, a fome, a miséria, a exclusão social. Consequentemente, aumentavam os protestos populares.

Sobre esse aspecto, diz Marcus Melo:

Dado que o Regime se legitimava por sua performance na esfera da acumulação, quando esta última passa a apresentar crises com a reversão cíclica da Economia, novas formas de legitimação passam a ser perseguidas, entre as quais a política de liberalização e a política social (as quais segundo algumas análises mantêm uma interdependência necessária). (MELO, p. 168)

O regime, então, começava a indicar um processo de “abertura lenta, gradual e segura”, idealizada durante o governo Geisel. Para Mello, o projeto de liberalização do Governo Geisel está estreitamente articulado com um projeto redistributivista na definição das políticas públicas e com uma nova estratégia, visando inaugurar um novo padrão de acumulação. (p.171)

Diferentemente da redemocratização dos outros países da América Latina, o processo no Brasil foi demasiado longo e elaborado a partir de uma negociação entre a cúpula da ditadura, que queria aproveitar os resquícios do “milagre econômico” da década anterior.

Essa estratégia fazia parte do 2º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento)³, e consistia no que se denominou “Reformismo Conservador”. Como diz Melo:

³ O 1º PND foi levado a efeito durante o processo de consolidação do regime autoritário.

Importava nesse momento realizar reformas para imprimir novos rumos ao processo de crescimento econômico no sentido da incorporação controlada de grupos sociais até então excluídos da arena política e da Economia de Mercado. (p. 171)

É preciso lembrar, também, que o início da fase decadente do ciclo militar fez aumentar o descontentamento popular, que já era grande em função do arbítrio, sobretudo pela edição do AI-5, em 1968. No final dos anos 70, como resultado da enorme concentração operária promovida pelo “milagre” (desenvolvimento acelerado da indústria automobilística no ABC paulista), surge o sindicalismo combativo, deflagrando a histórica greve de São Bernardo do Campo em 1978, destacando como liderança o metalúrgico Luís Inácio da Silva, o Lula, como contraponto aos opositoristas “liberais” do PMDB, como Ulysses Guimarães e Franco Montoro.

O Brasil vivia tempos de uma abertura “controlada”, com intervenção nos sindicatos, mas a pressão da sociedade por mudanças, pelo fim definitivo da ditadura crescia na medida que aumentava o descontentamento com a enorme crise que o país atravessava, com a inflação atingindo a estratosfera e com o governo acuado pelas pressões do FMI, seu credor maior.

As eleições estaduais de 1982 deixam claro que o regime militar estava com os dias contados: a oposição vence na grande maioria dos estados, com o PMDB se consagrando como o grande partido da transição e com Leonel Brizola sendo eleito governador do Rio de Janeiro apesar de todas as tentativas, de fraude inclusive, por parte da Rede Globo, que não queria a vitória do pedetista.

Em 1984, grandes comícios pelas eleições diretas empolgam os quatro cantos do país. A emenda Dante de Oliveira, que reestabeleceria as eleições diretas no Brasil, é derrotada no Congresso, com 22 votos a menos do que os dois terços necessários. A partir daí, a oposição se divide: de um lado, os defensores intransigentes da democracia, exigindo que a eleição do novo presidente se desse pela via direta. De outro, unem-se os setores da oposição moderada, os “liberais” e os “dissidentes” da ditadura, dando a luz à chapa Tancredo-Sarney, que vence no Colégio Eleitoral com os votos de todos os opositoristas, com exceção do PT, que decidiu abster-se. Estava consagrada a “transição por cima”, liderada pelo PMDB e PFL.

IV – O COMPORTAMENTO DA IMPRENSA NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

O conjunto da imprensa brasileira nos anos 60-70, salvo por raríssimas exceções, vivia aquele que seria o pior momento de sua história. Grandes jornais, mesmo o *Estado de S. Paulo*, que historicamente sempre esteve do lado do *establichment*, eram vítimas da repressão. O *Estado* chegou, por exemplo, a ter toda sua edição de 13/12/68, apreendida por causa de um editorial denominado “Instituições em Frangalhos” (A imprensa no Brasil – Fenaj, p. 16). Os militares chegaram a implantar a censura prévia, regulamentada em 1970 pelo então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Alguns jornais tentavam “driblar” a censura, fazendo uma espécie de protesto: publicavam poemas de camões nos lugares das matérias censuradas. Outros publicavam receitas culinárias, como o *Jornal da Tarde*. Jornalistas eram perseguidos, presos e até torturados. Wladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura de SP chegou a ser assassinado nas dependências do DOI-CODI de São Paulo em 1975.

Parte da imprensa se auto-censurou, com medo da repressão, conveniência ou apoio mesmo à ditadura. A *Folha de S. Paulo*, um dos maiores jornais do país, não abria espaço político até 1972, como lembra Abramo:

Na verdade, o jornal não tinha condições de resistir a pressões do governo, e por isso não provocava. Foi uma atitude muito sábia, que Frias aplicou no jornal. Se provocasse, o governo cobraria do jornal. (ABRAMO, 1997, p.87)

No momento em que a ditadura dava os primeiros passos em termos de abertura, a imprensa brasileira sentiu que necessitava se adaptar aos novos tempos que viriam a partir da segunda metade da década de 70. Na maioria dos casos, entenda-se essa “adaptação” ao abandono do barco tripulado por um governo agonizante. Primeiro foram os jornais diários e as revistas semanais, depois, as rádios e, por fim, as redes de televisão. O abandono definitivo do barco foi a campanha nacional pelas Diretas Já, em 1984.

As manifestações populares em defesa de eleições diretas começam a se acentuar em 1982, quando os partidos de oposição, sobretudo o PMDB, vence as eleições estaduais em boa parte do país. Nessa época, os meios de comunicação iniciam a adesão a um provável futuro governo civil, como lembra Mello a respeito da mudança de atitude da imprensa brasileira:

Sem dúvida alguma, a deserção dos eleitores indiretos, antes comprometidos em sufragar o nome de Paulo Maluf, foi estimulada pela força persuasiva dos meios de comunicação, que projetavam cotidianamente o apoio popular ao candidato da “conciliação nacional”. (MELLO, 1986, p.33)

Não resta dúvidas de que a imprensa brasileira desempenhou papel decisivo no processo de redemocratização do Brasil. No entanto, agiu dentro de uma visão “mercadológica”, ou seja, partiu-se de uma pesquisa para saber o gosto do público e, a partir do resultado dessa pesquisa, a imprensa passou a apoiar o movimento pelo fim da ditadura. Foi o caso da *Folha de S.Paulo*, que precisava definir seu público. Segundo pesquisa da própria *Folha*, realizada em novembro de 1993, 72% da população queria eleger o sucessor do presidente Figueiredo de forma direta. A partir daí, a *Folha* passou a ser o primeiro jornal brasileiro a encampar a luta pelas Diretas, “cobrindo com paixão os grandes comícios que aconteceriam a partir de janeiro de 1984” (Fenaj, p. 17).

Já a Rede Globo só abriu espaço ao movimento duas semanas antes da votação, no Congresso Nacional, da emenda que estabelecia eleições diretas para presidente da República (ver com detalhes mais adiante).

Os meios de comunicação, no processo de redemocratização do Brasil, trabalharam no sentido de sobrevivência enquanto empresas num país de terceiro mundo, ou seja, era necessário mudar sua linha editorial, adaptando-a aos ideais dos novos donos do poder. Tanto, que nada se comentava a respeito do “pacto” que estava sendo articulado entre os remanescentes do regime e os “oposicionistas” de então, cujo resultado foi a formação da chamada “Nova República”. Sobre este pacto, diz Maria do Carmo Souza:

São bastante conhecidas as condições que levaram o presidente Sarney à chefia do Executivo federal em consequência da morte do

titular Tancredo Neves, então eleito indiretamente e cuja escolha tinha resultado de uma negociação política entre as forças partidárias regionais que sustentavam o regime autoritário. Tais condições dificilmente poderiam ser vistas como democráticas pela sociedade, especialmente tendo-se em conta a mobilização de milhões de pessoas por todo o país em favor das eleições diretas durante os últimos meses do regime militar. (SOUZA, p. 577)

Os meios de comunicação, durante o período de transição democrática, também caracterizaram-se pela omissão de informações sobre projetos que previam reformas mais profundas no país. Tal como em outras épocas, o pensamento que destoava do sistema estava excluído do noticiário da grande imprensa naquele período. No processo de abertura, em meados dos anos 70, sob o argumento de um “perigoso retrocesso”, a imprensa começou a desqualificar lideranças oposicionistas como Lula. O partido de Lula, o PT, que nasce a partir da união de sindicalistas do ABC paulista com intelectuais, setores da igreja e estudantes, torna-se o referencial da resistência ao projeto político que daria luz à Nova República algum tempo depois. O PT acaba sofrendo duros ataques da imprensa. Exemplo claro é o tratamento dado pelos meios de comunicação ao massacre de boias-frias em Leme (SP), pela polícia militar, cuja responsabilidade toda a imprensa brasileira atribuiu ao PT.

É importante salientar, também, o papel que tiveram os meios de comunicação na formação e imagem pública no novo regime que se instalaria a partir de 1985. A frustração nacional causada pela derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso, no dia 25 de abril de 1984, foi logo amenizada pela imprensa nacional, que a esta altura já havia decidido apoiar o candidato da oposição nas eleições indiretas, Tancredo Neves. O conjunto da grande imprensa passou a impor ao país uma cultura de aversão à política e aos políticos, colocando-os todos na vala comum da incompetência e desonestidade.

(...) o alvo predileto das denúncias consiste naquele setor formado pelo que se convencionou chamar de “classe política”, em especial aqueles que a ela se integram através do processo eleitoral, e ao mesmo tempo há um constante resgate de líderes “eficientes” mais identificados com a tecnocracia do regime militar. “Interesses político-partidários” constitui possivelmente uma das expressões usadas com mais frequência pela imprensa, um complemento quase obriga-

tório na exposição de denúncias de todo tipo.(p. 588)

Considerando essa análise de Maria do Carmo, a classe política aparece como homogênea, sendo que setores militares que comandam a Nova República são sistematicamente poupados, recebendo críticas não tão duras, sendo apresentados como “grupo intransigente, notório pelo seu espírito intervencionista, seu gosto arraigado pela hierarquia e sua identificação com a ordem, características que nem sempre são malvistas ou rejeitadas na cultura política do país (SOUZA, p. 589).

V - O PAPEL DA REDE GLOBO

Apesar de toda a repressão em cima da imprensa brasileira durante o período militar, alguns veículos não só não sofreram censura, como ajudaram a manter a ditadura, dando apoio explícito aos atos do governo, como foi o caso da Rede Globo, cuja inauguração se deu exatamente um ano após a implantação do regime militar, a partir de um acordo com a norte-americana *Time Life*, firmado ainda em 1961. Este acordo, de legalidade duvidosa, permitia à empresa americana 45% de participação nos lucros. Era um tipo de acordo não permitido pela Constituição, já que contrariava o artigo 160, o qual não permitia que veículos de comunicação fossem propriedade de estrangeiros. O resultado era uma disputa desleal com os demais veículos brasileiros. O acordo acabou em 1969, quando a Globo já havia se beneficiado do capital americano e tinha fôlego suficiente para seguir sozinha seu caminho.

Em poucos anos, a Globo já era considerada uma das maiores redes de televisão do mundo, sendo captada em 99,9% do território nacional no final dos anos 80. Além disso, conquistava cada vez mais prestígio nos bastidores do governo, o que lhe conferia uma forte força política. Havia uma sintonia muito grande entre os interesses do governo da ditadura e os da Rede Globo.

Durante os 20 anos de regime militar, o *Jornal Nacional*, principal programa jornalístico da Rede Globo, funcionou como uma espécie de porta-voz do governo. A verdadeira vida política nacional, no entanto, não estava no JN, que simplesmente ignorava o conflito que havia no dia-

a-dia no país. Hoje, a Globo diz que também foi censurada na época, o que até pode ser verdade. Mas o fato é que ela exaltou a ditadura até sua agonia, em 1984, quando a emissora começou a dar apoio ao novo governo, que tomaria posse em 1985. Tanto é assim, que horas depois da vitória de Tancredo Neves no Congresso Nacional, o presidente eleito pelo voto indireto almoçava com o dono da Globo, Roberto Marinho e com o futuro ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, também dono de império de comunicação na Bahia e um dos articuladores da ditadura militar.

Foram nos escritórios de Roberto Marinho e nos estúdios da Globo que se definiram as grandes opções estratégicas em momentos cruciais da transição, entre as quais a derrota (não conseguida) de Brizola, na campanha para o governo do Rio de Janeiro em 1982, e as derrotas das campanhas Diretas Já (1984) e de Lula à presidência (1989). Foi também nos escritórios de Roberto Marinho que se sacramentou a aliança estratégica PFL-PSDB, concebida para durar pelo menos doze anos, oito sob Fernando Henrique Cardoso e mais quatro sob Luís Eduardo Magalhães. (Kucinski, *In*: 1998, p. 8).

O papel desempenhado pela Rede Globo na história recente do país confunde-se com o próprio poder político do país, pois sempre esteve à frente das principais decisões dos diferentes governos. O papel da Globo, segundo Kucinski, vai além do papel de aparelho ideológico do Estado. “A Globo vai além disso, funcionando como quase partido na definição de alternativas” (p. 8).

A manipulação da história pela Rede Globo é tanta, que Roberto Marinho chegou a ser comparado, em documentário produzido pelo *Chanel 4* da Inglaterra, ao Cidadão Kane, maganata das comunicações dos Estados Unidos retratado no filme homônimo de Orson Welles. No documentário, que chegou ao Brasil clandestinamente porque havia sido proibido pelo presidente Collor, há declarações bombásticas de ex-funcionários da emissora sobre a manipulação política, como este de Armando Nogueira, chefe de telejornalismo durante a ditadura militar, ao comentar a cobertura da Globo sobre as greves no ABC paulista no final dos anos 70:

A instrução que a gente tinha, dos militares, era de fazer uma cobertura absolutamente soft, sem som ambiente, e sem que se pudesse ouvir os líderes sindicais, só os líderes patronais. (Brasil: Além de Cidadão Kane, Londres, 1991)

Ou seja, os militares chegavam a dar “instruções” a um veículo de comunicação, e este não só obedecia como apoiava essas intervenções.

As formas utilizadas pela emissora para massificar a agenda nacional estão inseridas na programação diária, desde os temas abordados em suas telenovelas, passando por programas infantis e chegando aos telejornais, onde a manipulação era (e ainda é) escancarada, como a incrível edição do debate entre Lula e Collor no segundo turno da eleição presidencial de 1989, quando a Globo levou ao ar, um dia antes da eleição – quando, segundo as pesquisas, os dois candidatos estavam empatados tecnicamente – no Jornal Nacional, uma pesquisa feita por telefone com telespectadores, sem qualquer critério, indicando que Collor havia vencido o debate.

Durante a ditadura militar, a Globo retratava um país fora da realidade política vivida no momento, e o próprio ocaso da ditadura foi retratado pela emissora de maneira peculiar. No início de 1984 a população brasileira saiu às ruas para participar de comícios gigantescos, exigindo eleições diretas para presidente, e a Globo mais uma vez fez papel que chegou às raias do ridículo: para reduzir o impacto do comício da Praça da Sé em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 94, a Globo, na contramão do movimento, colocou em seus noticiários que o comício fazia parte das “comemorações de aniversário de São Paulo”. Somente a duas semanas da votação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso é que a emissora abriu espaço para o movimento das Diretas Já.

Passado o momento das diretas, a Globo imediatamente passa a apoiar a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, e participa ativamente da formação do pacto que iria comandar o processo de redemocratização do Brasil. Assim, a Globo mais uma vez estava do lado do governo.

Quatro anos depois, o povo brasileiro elegeria pela via direta um candidato produzido pela mídia, sobretudo com a ação da Rede Globo: Fernando Collor de Mello.

CONCLUSÃO

Durante um dos períodos mais nefastos da história brasileira, que foi a ditadura militar, a imprensa brasileira viveu contradições que servem de subsídios para a discussão acerca do papel desempenhado pelos meios de comunicação nos rumos do país. A imprensa viveu momentos de complacência para com o regime e momentos de resistência durante os 21 anos de ditadura. Mas foi no período de “abertura” controlada, a partir do governo Geisel, que a ação da imprensa foi fundamental para a implantação de um projeto que levaria o país à chamada transição democrática.

Neste período de transição, os principais veículos de comunicação desempenharam papel decisivo na construção da imagem do sistema vigente, quando “excluíram” da vida política nacional setores importantes que se contrapunham àquela estrutura. E o que é pior: a imprensa brasileira, sob um pseudo-apartidarismo, interpretava o processo político sob a ótica do sistema, num ato irresponsável que apenas produziu novas formas de controle da informação: um controle feito pelos próprios proprietários dos veículos, que diziam estar identificados com o projeto democrático a ser instalado no país.

A realidade é que o sistema de comunicação no Brasil permanece, até hoje, com o poder de controlar a opinião pública e impedir o acesso democrático da sociedade à informação. Somos vítimas da formação dos impérios de comunicação, controlados por empresários que entendem a comunicação não como um bem social, mas como uma mercadoria.

BIBLIOGRAFIA

1. ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo; Companhia das Letras, 1997.
2. FAERMAN, Marcos. *Os Grandes Nancos*. In: **A Imprensa do Brasil**. Revista comemorativa aos XXIII Congresso Mundial dos Jornalistas. Brasil, maio de 1998.
3. FENAJ. *A Imprensa do Brasil*. Revista comemorativa ao XXIII Congresso Mundial dos Jornalistas. Brasil, maio de 1998.
4. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo, Editora Página

Aberta, 1991.

5. _____. *Imprensa e Democracia no Brasil*. In: **Revista Universidade e Sociedade**, Ano VIII, Nº 15, Brasília, ANDES-SN, 1998.
6. MELO, Marcus André B. C. de. *Políticas Públicas e Transição Democrática*.
7. MELLO, José Marques de. *Comunicação: Direito à Informação*. Campinas; Editora Papiros, 1986.
8. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo; Martins Fontes, 1983.
9. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles*.
10. Vídeo: *Brasil, além de Cidadão Kane*. Chanel 4, Londres, 1991.

